



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Relatório sobre os atos de gestão

ATOS DE GESTÃO**EXERCÍCIO: 2012****Projetos Prioritários**

No exercício de 2012, esta Casa editou a Portaria nº 74/2012, publicada no Diário Oficial de Contas de 20/04/2012, que estabelece os seguintes projetos finalísticos prioritários do Tribunal de Contas para o ano de 2012:

- *Projeto Benefícios do Controle Externo.* Estabelece sistemática para identificação, quantificação e registro dos benefícios das ações de controle externo;
- *Projeto Acompanhar.* Institui procedimentos de acompanhamento da gestão de recursos públicos, com vistas ao fortalecimento dos controles prévio e concomitante;
- *Projeto fiscalização da Gestão de Pessoal.* Implementa procedimentos de fiscalização da gestão de pessoal, com ênfase nas auditorias de folha e de controles internos;
- *Projeto Auditar.* Implementa os novos procedimentos de auditoria aprovados pelo Tribunal;
- *Projeto Avaliação da Gestão Pública.* Define as diretrizes da avaliação e do acompanhamento das políticas, programas e projetos públicos, com foco nos resultados, e da fiscalização da macrogestão de recursos públicos;
- *Projeto Otimizar.* Implementa os procedimentos de racionalização da análise e da deliberação dos processos em tramitação aprovados pelo Tribunal;

- o *Projeto Termo de Ajustamento de Gestão.* Institui os procedimentos de celebração e monitoramento do termo de ajustamento de gestão;
- o *Projeto Contas Especiais.* Aprimora os procedimentos de análise das tomadas de contas especiais;
- o *Projeto Controle sem Papel.* Reduz o volume de impressos de modo a contribuir para otimização dos procedimentos e para o uso racional e sustentável de recursos;
- o *Projeto Ética e Controle Externo.* Estabelece padrões éticos de atuação alinhados às normas e padrões nacionais e internacionais aplicáveis ao controle externo.

Termo de Ajustamento de Gestão

Foi aprovado, em sessão plenária, o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), proposto pelo Governo do Estado para adequação de gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços públicos de saúde. De acordo com o novo instrumento, o Governo do Estado se compromete a alcançar índices mínimos constitucionais de 25% da receita corrente líquida na aplicação na manutenção do ensino e de 12% em ações e serviços públicos da saúde, até o exercício de 2014.

Ouvidoria

Portal da Ouvidoria

No exercício, foi lançado o Portal da Ouvidoria, www.ouvidoria.tce.mg.gov.br, importante veículo de comunicação, informação e divulgação das atividades do setor. Nesse endereço eletrônico, a Ouvidoria disponibiliza notícias sobre temas referentes ao controle social, à transparência, à ética e à divulgação das atuações dos Tribunais de Contas do Brasil em geral e, por meio do link "Biblioteca", possibilita o acesso a

cartilhas que esclarecem o cidadão sobre como proceder em relação ao controle social. No Portal, também são divulgados os dados estatísticos relativos às demandas recebidas, com atualização trimestral, aos eventos da Ouvidoria, com galeria de imagens, além de, pedagogicamente, informar ao cidadão como encaminhar suas demandas.

Sistema de gerenciamento de Ouvidoria

A Ouvidoria do Tribunal de Contas desenvolveu um sistema de gerenciamento de demandas cujo propósito é dar pronto atendimento às demandas apresentadas, consoante disposição do inciso VIII do art. 2º da Resolução n. 05/2010 que regulamentou as atividades da Ouvidoria no TCEMG. No *III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas*, em palestra intitulada "Ouvidorias e Serviço de Informação ao Cidadão: estrutura e funcionamento", o Conselheiro Ouvidor Cláudio Terrão discorreu sobre as vantagens desse sistema, que irá simplificar a comunicação e estimular a interação do cidadão com a Ouvidoria.

Twitter

Em 2012, também foi lançado o twitter da Ouvidoria, ferramenta complementar que se destaca pelo acesso ágil, como forma de interagir com o cidadão em tempo real.

Ações de Controle Externo

No exercício, foram autuados 23.327 processos referentes à matéria de controle externo. Foram deliberados 24.523 processos, sendo ultrapassada em 25,76% a meta de 19.500 processos prevista no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. No mesmo período, o Tribunal emitiu 2.282 pareceres prévios sobre contas prestadas pelos prefeitos municipais. Foram, ainda, examinados, pelas Diretorias Técnicas, 22.372 processos. O montante das multas aplicadas no exercício foi de

R\$2.538.240,25 e a determinação de ressarcimento ao erário foi de R\$ 853.863,35.¹ Quanto às notificações de multas e ressarcimentos de exercícios anteriores, foi recebido o montante de R\$ R\$ 881.648,66.

À vista do estado de emergência declarado em alguns municípios, em virtude dos estragos provocados pelas chuvas em Minas, o Tribunal procedeu à orientação aos gestores públicos com o objetivo de evitar falhas técnicas ou jurídicas nos contratos firmados em decorrência do trabalho de reconstrução das cidades, garantindo maior efetividade nos gastos públicos.

Inspeções e Auditorias

Foram cumpridas, no exercício, as metas de instrução dos processos de Tomada de Contas Especial, Denúncias e Representações e análise de processos de Tomada de Contas Especial que deram entrada nesta Casa durante os exercícios de 2011 e 2012. A realização de estudos sobre os fatores de incidência de juros e atualização monetária nos processos sujeitos a julgamento pelo Tribunal, com vistas a dirimir questionamentos dos responsáveis, contribuiu para esse resultado.

No exercício, foram realizadas 106 inspeções e auditorias *in loco*. Destacam-se as realizadas na Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo e no Estádio Independência, com o objetivo de conferir o andamento das obras da COPA 2014. No *Independência* – Estádio Raimundo Sampaio, as inspeções realizadas permitiram proposta, pelo Tribunal, de ajustes em Editais de Licitação, ação que resultou numa economia de R\$ 7.325 milhões aos cofres públicos, sem prejuízo da entrega da obra em tempo hábil. O Estádio foi inaugurado em 25/04/2102.

¹ Procedido ajuste no fechamento anual em relação aos valores de multa e ressarcimento ao erário, em razão de equívocos ocorridos no 1º e 2º trimestres do exercício.

Auditorias Operacionais

Foram realizadas auditorias operacionais, que constituem ações de controle preventivas nos seguintes Programas de Governo:

Programa Farmácia de Minas

O objetivo da auditoria foi verificar o desempenho das ações do Estado na gestão da Assistência Farmacêutica, bem como o impacto no orçamento estadual relativo área de saúde. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, as recomendações propostas pelo Tribunal resultaram em importantes medidas cuja implementação está em curso.

Programa Saneamento Básico

Essa auditoria resultou em recomendações para correção de falhas e aprimoramento das ações, que deverão orientar Plano de Ação a ser elaborado pelos órgãos responsáveis e apresentado ao Tribunal de Contas num prazo de 90 dias. No período de janeiro de 2008 a julho de 2010, foram destinados ao Programa recursos da ordem de R\$ 3 bilhões de reais.

Auditorias em Projetos Financiados por Organismos Internacionais

No âmbito dos *Projetos Financiados por Organismos Internacionais*, procedeu-se, no exercício, ao cumprimento das atividades previstas no Protocolo de Entendimento entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e o TCEMG, com a auditoria dos contratos de empréstimo n. 2232/OC-BR, 2306/OC-BR e 2281/OC-BR.

Com relação aos contratos celebrados entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Mundial, procedeu-se às seguintes auditorias:

- 1) auditoria financeira da Carta-Acordo TF 95718, referente ao Termo de Doação celebrado entre o Banco Mundial e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para o fortalecimento institucional daquele Órgão.

2) auditoria das demonstrações financeiras e auditoria das aquisições do Contrato de Empréstimo n. 7547-BR e Financiamento Adicional n. 7871-BR, celebrados entre o Banco Mundial e o Estado de Minas Gerais, para auxiliar no financiamento ou reembolso do custo do projeto, cujos objetivos são: (a) ajudar a melhorar a eficiência e a eficácia da utilização de recursos públicos e alocação para desenvolvimento econômico e social; e (b) fortalecer o sistema de administração baseado em resultados de monitoramento e avaliação de resultados.

Contas de Governo

No exercício, firmaram-se parcerias com a *Fundação Dom Cabral* e com a *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais-IPEAD*, com o objetivo de aprimorar a análise de indicadores das áreas de resultado do Estado e avaliar o comportamento das receitas tributárias, a partir da conjuntura econômica.

Uma das principais recomendações do parecer prévio das contas do Governo do Estado foi intensificar esforços para alterar a legislação que rege a cobrança de *royalties* do minério, aumentando a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, que atualmente é de apenas 2% do faturamento líquido, na exploração de minério de ferro, com sugestões para o aperfeiçoamento de sua repartição, aplicação e fiscalização.

No exercício, foi concluído e encaminhado ao Relator das Contas do Governo, Conselheiro Cláudio Couto Terrão, o relatório parcial sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal, referente aos dois primeiros quadrimestres de 2012.

Foi elaborado o informativo "Contas do Governador" para divulgar, de forma simplificada, o relatório das contas de Minas e auxiliar o cidadão a acompanhar o trabalho do Governo Estadual fazendo a sua própria avaliação de como o dinheiro público está sendo investido.

Exame Prévio de Licitações

O Tribunal de Contas suspendeu, no exercício, 57 editais de concurso público. Foram suspensos, ainda, 243 editais de licitação, cuja ação evitou contratações irregulares, envolvendo recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhões.

Ferramentas de Controle

Ressaltam-se, dentre as várias ações e instrumentos de controle instituídos, os seguintes:

Certificação Digital

Destaca-se, no exercício, a adoção da certificação digital, mecanismo que garante a segurança dos dados enviados e recebidos por meio eletrônico. Economia e agilidade são as principais razões para a sua implementação.

Minas de Olho na Copa

O Tribunal de Contas colocou no ar o link *Minas de Olho na Copa*, para que o cidadão, além de se informar sobre a organização e a realização das competições da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, acompanhe o cronograma de execução e a descrição dos trabalhos, os prazos acordados, as dotações orçamentárias e o valor dos contratos. Esse mesmo link, que permite ao cidadão fiscalizar a aplicação do dinheiro público, permite, se for o caso, o encaminhamento de denúncias a esta Corte de Contas.

Sistema Informatizado de Contas Municipais-Sicom

O *Sistema Informatizado de Contas Municipais-Sicom* abrange a remessa, ao Tribunal de Contas, pelos jurisdicionados, das informações necessárias à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, da gestão fiscal, da folha de pagamento e da prestação de contas anual dos municípios mineiros.

No exercício, foi finalizado o cadastramento dos 853 municípios mineiros, agora aptos para efetivar remessas de informações. A previsão é de que o sistema possa receber todas as contas anuais dos municípios mineiros a partir de 2013.

Projeto Quali

O *Programa Quali* tem como objetivo o aprimoramento dos processos de negócio do TCEMG e do Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP.

Dentre as diversas atividades previstas no Projeto, destacam-se a definição de prioridades de demandas de manutenção de rotinas e a implementação de melhorias, bem como a disseminação da cultura de BPM (*Business Process Management* ou Gerenciamento de Processos de Negócio).

Projeto Suricato

A *Política Suricato de Fiscalização Integrada*, regulamentada pelo Comitê de Gestão da Fiscalização Integrada, é parte da estratégia deste Tribunal para alcançar maior efetividade das ações de controle externo e de implantar a gestão do conhecimento e da informação, aprimorando os resultados decorrentes das ações de fiscalização. O *Projeto Suricato* foi apresentado, como experiência do Tribunal de Contas, no *Encontro Nacional sobre Atividades de Inteligência de Controle Externo*, que objetivou disseminar e fomentar a produção do conhecimento como mecanismo estratégico nas decisões referentes às ações de fiscalização dos recursos públicos.

Sistema para emissão de certidões negativas

Foi desenvolvido, neste Tribunal, sistema de emissão de certidões negativas para servidores do Poder Judiciário, para atender o disposto na Resolução n. 156 do Conselho Nacional de Justiça, que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa considerada inelegível, conforme a LC 135/2010 – Lei da Ficha Limpa. A emissão de certidões é feita via internet. No trimestre, foram emitidas 8.810 certidões negativas.

Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas – Geo-Obras

O Tribunal de Contas apresentou, no dia 10 de agosto do corrente exercício, o *Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas – Geo-Obras* aos representantes de 66 municípios mineiros, do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. O evento teve a finalidade de apresentar e realizar testes iniciais relacionados ao sistema *Geo-Obras*, uma ferramenta de informações geográficas que recebe e dá tratamento computacional aos dados inseridos pelos órgãos estaduais e municipais, referentes à execução físico-financeira de obras públicas, mediante o georreferenciamento de dados cadastrais, fotografias convencionais e imagens de satélite.

Parcerias Firmadas***Termo de Cooperação Técnica com IPSEMG***

Assinado, em 21/09/2012, Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais-IPSEMG, para permissão de acesso, pelo Tribunal, aos seguintes sistemas em uso pelo IPSEMG: CADU (Cadastro Único), AREC (Arrecadação), SADS (Assistência Descentralizada à Saúde), SEGU (Seguro e Pecúlio), SICON/SISPAG (Concessão e Pagamento de Pensão) e WORKFLOW-Tramitação Eletrônica de Pensão.

Protocolo de Entendimento – TCEMG/BID

No exercício, O Tribunal de Contas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID assinaram um *Protocolo de Entendimento* para credenciar o TCEMG para a realização de auditorias nos contratos de empréstimos e convênio de cooperação técnica, celebrados entre o BID e o Estado de Minas Gerais ou entidades por ele controladas.

Merece destaque Encontro realizado neste Tribunal, pelos integrantes do grupo encarregado da implementação das Normas de Auditoria Governamental-NAGs aplicáveis ao Controle Externo, para discutir a incorporação das normas de nível 4 da

Presidência

INTOSSAI/ISSAI, que tratam das diretrizes de auditoria e da realização de curso de capacitação, em nível nacional, para servidores dos Tribunais. Ressalte-se que as Normas de Auditoria Governamental-NAGs incluem diretrizes fundamentais para a realização de auditorias contábeis, operacionais e de cumprimento.

Termo de Cooperação Técnica com a Fundação João Pinheiro-FJP

No exercício, foi assinado novo Termo de Cooperação Técnica com a Fundação João Pinheiro-FJP, que prevê a capacitação em métodos, ferramentas e metodologias de trabalho para a criação de índices indicadores que possam medir o desempenho da Administração Pública em Minas Gerais.

Termo de Intenções TCEs/SEBRAE

Foi formalizado Termo de Intenções entre o Tribunal de Contas e o SEBRAE para a realização, no primeiro semestre de 2013, do *Dia Nacional das Micro e Pequenas Empresas*, evento que reunirá prefeitos e presidentes de câmaras municipais, para discutir a efetividade da LC 123/2006 – Lei da Microempresa e os procedimentos necessários para a sua aplicação.

Convênio de Cooperação Técnica com o DETRAN

Dando continuidade às ações instituídas pela Política de Fiscalização Integrada-Suricato, o Tribunal assinou Convênio de Cooperação Técnica com o Departamento de Trânsito de Minas Gerais-DETRAN, com participação da Polícia Civil. O convênio formaliza o intercâmbio de informações com a disponibilização, pelo Detran, do acesso às informações constantes da base de dados relativas a habilitação, veículos e infrações.

Recursos Orçamentários e Financeiros

A Lei Orçamentária nº 20.026, de 10 de janeiro de dois mil e doze, destinou ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais recursos orçamentários no valor de R\$ 393.391.247,00 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e noventa e um mil,

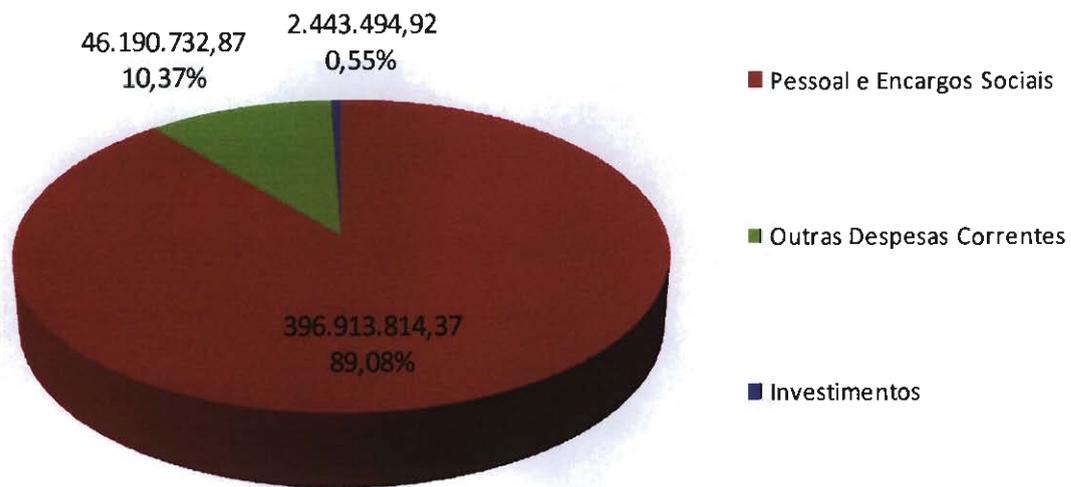
duzentos e quarenta e sete reais), visando ao cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) totalizando, ao final do exercício, o montante de R\$ 463.505.814,37 (quatrocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinco mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e sete centavos), em virtude de autorizações de abertura de crédito suplementar.

No exercício de 2012, esta Corte de Contas executou o montante de R\$ 445.548.042,16 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quarenta e dois reais e dezesseis centavos), conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PROGRAMA DE TRABALHO

PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial	329.954.262,68	327.525.624,74	99,26
Modernização do Controle Externo	1.844.203,69	1.517.854,22	82,30
Direção Administrativa	20.267.471,00	17.992.824,86	88,77
Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00
Capacitação Servidores e Jurisdicionados	820.000,00	818.521,21	99,81
Proventos de Inativos e Pensionistas	110.618.877,00	97.693.217,13	88,31
TOTAL	463.505.814,37	445.548.042,16	96,13

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESAS



Valor Total da Despesa: R\$ 445.548.042,16

AÇÕES DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo

Com a presença do Governador Antônio Anastasia, em 05/12/2012, o Conselheiro Presidente Wanderley Ávila inaugurou a nova sede da Escola de Contas, construída para viabilizar o plano de expansão de suas atividades.

No exercício, o Governador assinou o Decreto 740/2012, que credencia a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo a certificar o curso de pós-graduação *lato sensu* – “Especialização em Controle de Contas, Transparência e Responsabilidade Pública”.

Ensino a Distância – EAD

No exercício, foi implementado o primeiro curso da Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo na modalidade de *Ensino a Distância-EAD*, com o *Treinamento em Gestão*

Responsável em Final de Mandato, organizado em parceria com a Sociedade Mineira de Cultura e que levou cerca de 1.200 agentes públicos jurisdicionados à discussão de temas como a LRF e a Lei Eleitoral, Restos a Pagar, Obras e Serviços de Engenharia e Licitações em Obras Públicas.

O ensino a distância, acessível a todos, democraticamente, permite que o aluno alcance a capacitação desejada, em ambiente *on-line* propício, sempre apoiado em ferramentas digitais e em recursos multimídias.

Transparência e Controle Social

A Controladoria-Geral da União, com a participação da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, realizou, no dia 29 de fevereiro, em Belo Horizonte, a etapa estadual da *1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social-CONSOCIAL*. Esse movimento tem como objetivo principal promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento da gestão pública.

Nessa Etapa Estadual da *1ª Consocial*, foi discutida pelo Tribunal a *Transparência e Prevenção à Corrupção*.

Além da etapa estadual, foram realizadas, em Minas Gerais, conferências regionais e municipais em 319 municípios mineiros, que geraram 1.200 propostas de ações, sistematizadas e resumidas em um conjunto de 20, enviadas para a etapa nacional realizada em Brasília, em maio do corrente exercício.

Programa O TCEMG e os Jurisdicionados

No exercício, o Tribunal realizou encontros técnicos nas regiões Sul, Campo das Vertentes, Triângulo, Zona da Mata, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Central. Os encontros tiveram como tema central *A Responsabilidade Fiscal da Administração Pública em Ano Eleitoral*, buscando dar suporte aos gestores municipais no que se refere às medidas a serem tomadas no último ano de seus mandatos.

Durante os eventos os participantes receberam a *Coletânea de Entendimentos do TCEMG: Pareceres em Consultas*, publicação composta por excertos extraídos de pareceres em Consultas, emitidos pelo Tribunal de Contas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2011.

Palestra "A Nova Sistemática de Contas Anuais de Gestão e de Governo instituída pelo TCEMG"

A palestra *A Nova Sistemática de Contas Anuais de Gestão e de Governo instituída pelo TCEMG* apresentou aos gestores públicos estaduais os novos procedimentos adotados pelo Tribunal para as prestações de contas anuais de gestão e de governo.

Seminário Corrupção e Transparência

Promovido por este Tribunal de Contas e pelo Governo do Estado, esse evento reuniu representantes de órgãos de controle das administrações públicas, especialistas e servidores, dispostos a ampliar o debate sobre *Corrupção e Transparência*. Foram abordados, no Encontro, temas sobre a importância de se estimular uma participação popular mais efetiva e de se promover uma maior integração entre os órgãos de controle da Administração Pública – condição, segundo os debatedores, para o avanço do controle democrático. Participaram do evento 218 servidores.

Encontro Técnico Copa do Mundo 2014

Foi realizado, neste Tribunal, nos dias 10 e 11 de setembro, o *Encontro Técnico Nacional: os desafios do controle em rede e os riscos na Copa do Mundo de 2014*. Um dos principais objetivos do Encontro foi promover a troca de experiências e o intercâmbio de informações entre os Tribunais de Contas das cidades-sede da Copa do Mundo, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União. As oficinas abordaram temas como: superfaturamento, atuação prévia e concomitante em processos licitatórios e administração do contrato. Simultaneamente às oficinas, aconteceu o *Encontro Temático de Parcerias Público-Privadas* nos estádios.

Encontro Nacional sobre Controle e Transparência Social

Foi realizado, no período de 17 a 19 de outubro, o *Encontro Nacional sobre Controle e Transparência Social – desafios e perspectivas*, com o objetivo de estimular a troca de experiências entre as diversas instituições envolvidas, com vistas a criar uma rede integrada de informações e atividades voltadas para o exercício do controle social, com ênfase na implementação de ouvidorias públicas. O Encontro reuniu servidores públicos de todas as esferas, ouvidores, conselhos estaduais, sociedade civil organizada e prefeituras municipais mineiras, com mais de 400 participantes.

XI Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas-ECCOR

Este Tribunal sediou, no dia 19 de outubro, o *XI Encontro do Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas-ECCOR*, oportunidade em que foram eleitos os novos membros da diretoria do *Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas* para o biênio 2013-2014. O Conselheiro Ouvidor do TCEMG, Cláudio Couto Terrão, foi eleito Presidente e a servidora desta Casa, Carla Tângari, Secretária. A posse foi formalizada, no dia 13 de novembro, no *III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas*.

III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

No *III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas*, realizado no período de 12 a 14 de novembro, em Campo Grande/MS, os representantes dos 34 Tribunais de Contas brasileiros aprovaram a *Carta de Campo Grande*, que estabelece diretrizes e ações para o fortalecimento institucional dos Tribunais de Contas, em obediência ao princípio federativo, assegurando a efetividade do Controle Externo.

VII Conferência Eurosai-Olacefs

O Tribunal de Contas, representado pelo Conselheiro Corregedor Sebastião Helvecio, participou da *VII Conferência Eurosai-Olacefs*, realizada em Tbilisi, na Geórgia, e que congregou os Tribunais de Contas da Europa e da América Latina.

O tema *Boa Governança no Setor Público* trouxe à discussão questões como integridade e confiança na gestão pública, que resultou na edição da *Declaração de Tbilisi*, que se encontra disponível no Portal deste Tribunal.

IV Congresso de Direito Constitucional

Destaca-se, no período, a realização do *IV Congresso de Direito Constitucional – a separação de poderes no Brasil*, organizado pela PUCMINAS, por meio de seu Programa de Pós-Graduação em Direito e a REAP-Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais – de que faz parte a Escola de Contas e Capacitação Prof. Pedro Aleixo. O Congresso, do qual participaram 178 jurisdicionados e 42 servidores da Casa, aconteceu entre os dias 26 e 28 de novembro e trouxe à discussão temas como: Independência e Harmonia entre Poderes e Medidas Provisórias; Direito à Saúde e Separação de Poderes; O Controle Judicial do Processo Legislativo; A Relação Vertical entre Poderes no Brasil; Desequilíbrio Fiscal e Controle da Administração Pública.

Programa de Capacitação no Sistema Channel

O Tribunal deu sequência à capacitação de servidores no *Sistema Channel* – ferramenta de gerenciamento do planejamento estratégico e gestão de projetos. Disponibilizado pelo Instituto Rui Barbosa-IRB a 26 Tribunais de Contas brasileiros, o sistema foi implantado por iniciativa do *Grupo Temático de Planejamento Organizacional*, coordenado por servidora desta Casa.

No trimestre, foram capacitados 50 servidores nas funcionalidades do *Channel*, oportunidade em que foram inseridos no sistema os projetos em andamento neste Tribunal, o que permitirá maior agilidade, transparência e eficácia no acompanhamento da execução desses projetos.

Curso de Gestão de Riscos

O Tribunal promoveu, nos dias 19 e 20 de novembro, o *Curso Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes visando à capacitação na norma ABNT NBR ISO 31.000:2009*, ministrado pelo líder de projetos e consultor em normalização, regulamentação técnica

e avaliação de conformidade, Guilherme Witte Cruz Machado, para qualificar os técnicos do Tribunal na sistematização e estruturação do conhecimento sobre o meio ambiente do objeto de auditoria. A identificação dos riscos que podem afetar o desempenho de determinado programa assegura investigação preventiva, tornando eficaz a alocação e o uso de recursos públicos.

Curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas

Em dezembro, entre os dias 7 e 19, foi ministrado pelo professor Jorge Alexandre Barbosa Neves o *Curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas*, para capacitar os servidores da Comissão de Auditoria Operacional.

Projeto Conhecer

O *Projeto Conhecer*, programa de visitação ao Tribunal de Contas aberto a estudantes, que teve início em 2003 e tem o apoio do PROMOEX, recebeu, no dia 22 de novembro, estudantes da Fundação Torino. A programação do evento contou com palestra sobre o exercício do controle externo e visita orientada aos principais setores da Instituição.

O Olhar do Servidor

Dando continuidade ao Programa *O Olhar do Servidor*, O Tribunal de Contas utilizou a ferramenta APP-Avaliação de Potencial e Perfil nos 78 servidores da área técnica que ainda não haviam respondido ao questionário. O objetivo da APP é proporcionar um processo de autoconhecimento, ação que tem relevância institucional, uma vez que possibilita ao Tribunal, a partir das informações sobre o desempenho, promover programas educacionais ou de acompanhamento.

Projeto Mapeamento de Competências

Foi iniciada, pelo Tribunal, a execução do *Projeto Mapeamento de Competências*, com o objetivo de implementar novo modelo de gestão – da organização e das pessoas – baseado em competências, medida que concorre para o aprimoramento do seu corpo técnico.

Palestra Motivacional

Em comemoração ao Dia do Servidor, a Escola de Contas realizou *Palestra Motivacional*, ministrada a 560 servidores.

Destacam-se, ainda, no exercício, dentre outros, apresentação da palestra *A Liderança do Governo de Minas Gerais no Processo de M&A de Resultados: a evolução dos modelos*; o *Treinamento Implementando os Procedimentos Contábeis Patrimoniais*; o *Curso de ISSAIS – Nível IV – Diretrizes do Setor Público* e o *Curso Normas Internacionais de Auditoria INTOSAI-ISSAIs*.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas, dando continuidade às ações pedagógicas, lançou duas cartilhas: uma para orientar Câmaras Municipais na fixação dos subsídios dos vereadores, e outra para instruir tecnicamente os jurisdicionados sobre o aprimoramento e a efetividade dos sistemas municipais de controle interno.

Realizou-se treinamento para os Gestores de Contratos, abordando as questões jurídicas tratadas na “Cartilha do Gestor de Contratos” que retrata, dentre outras, matéria acerca de possibilidades de prorrogação, prazo de execução e prazo de vigência, alterações unilaterais dos contratos.

Lançada edição especial da Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais, distribuída aos participantes do *Encontro Nacional sobre Transparência e Controle Social*, contendo artigos sobre institutos de controle, com temas voltados ao incentivo da transparência e controle social.

Destaca-se também a edição da *Coletânea de Entendimentos do TCEMG: pareceres em consultas*, distribuída aos participantes do *Programa TCEMG e os Municípios*.

Foi distribuída, aos diversos municípios mineiros, a cartilha *Principais Irregularidades Verificadas em Editais de Licitação-Pneus*, que apresentou resultados positivos.

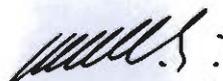
Presidência

Pesquisa realizada no Sistema Gerencial de Processos-SGAP apontou queda progressiva no número de denúncias referentes a compras de pneus, razão por que foi disponibilizada versão eletrônica dessa cartilha no link *Capacitação e Cultura/Publicações/Publicações Institucionais*.

Programa Modernização do Sistema de Controle Externo – PROMOEX

O PROMOEX é um programa de modernização do sistema de controle externo, constituído de projetos executados de forma descentralizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sob a coordenação geral do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. As ações do Projeto PROMOEX-MG são financiadas com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio de convênio com o MPOG e de contrapartida a cargo do Tribunal.

No exercício de 2012 os recursos do PROMOEX permitiram o aprimoramento das práticas de controle externo por meio de: capacitação de servidores, realização de eventos técnicos, aquisição de módulo wireless controller e switch chassi modular HP 5700; contratação de empresa para reformulação e modernização do Sistema de Gestão e Administração de Processos – SGAP, visando à utilização e compatibilidade com as ferramentas SOA; instalação de equipamentos e componentes no Data Center deste Tribunal, para monitoramento ambiental e otimização do parque de servidores do Tribunal de Contas, bem como aquisição de licenças de uso de software previsto no planejamento estratégico de tecnologia da informação.



Conselheiro Wanderley Ávila

Presidente